

ANPPLA Negócios e Propriedades Ltda.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024 e 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Quotistas e Diretores da
Anppla Negócios e Propriedades Ltda.**
Francisco Morato - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Anppla Negócios e Propriedades Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Anppla Negócios e Propriedades Ltda. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

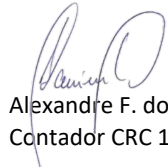
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2P014428/O-6



Alexandre F. do Nascimento
Contador CRC 1SP237177/O-3

ANPPLA Negócios e Propriedades Ltda.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.231	2.743
Contas a receber	6	3.412	4.630
Adiantamentos		29	19
Impostos a recuperar		64	8
Despesas antecipadas		7	20
Distribuição antecipada de lucros	7	12.728	2
		<u>22.471</u>	<u>7.422</u>
Ativo Não Circulante			
Partes relacionadas	9	306	33
Depósitos judiciais		3	-
Investimentos	10	930	1.206
Propriedade para investimento	11	129.299	131.159
Imobilizado	8	2.355	2.129
		<u>132.893</u>	<u>134.527</u>
Total do Ativo		<u>155.364</u>	<u>141.949</u>

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivo Circulante			
Fornecedores		195	311
Salários, provisões e encargos sociais a pagar		22	22
Impostos e contribuições a recolher	12	78	76
Imposto de renda e contribuição social a recolher	13	614	600
Lucros a distribuir		-	442
Adiantamentos de clientes		35	39
		<u>944</u>	<u>1.490</u>
Passivo Não Circulante			
Provisão para contingências	14	-	5
		<u>-</u>	<u>5</u>
Patrimônio Líquido			
Capital social	15a	1.750	1.750
Ajuste de avaliação patrimonial	15b	121.477	121.477
Reserva de lucros	15c	31.193	17.227
		<u>154.420</u>	<u>140.454</u>
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u>155.364</u>	<u>141.949</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ANPPLA Negócios e Propriedades Ltda.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	16	19.721	18.662
Custo dos imóveis vendidos ou arrendados	17	(1.860)	(1.860)
Lucro Bruto		17.861	16.802
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	18	(1.649)	(1.716)
Despesas comerciais	18	(29)	(33)
Perdas de créditos	18	12	(157)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(276)	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		161	(43)
Lucro operacional		16.080	14.853
Receitas financeiras	19	371	255
Despesas financeiras	19	(15)	(222)
Resultado financeiro líquido		356	33
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		16.436	14.886
Imposto de renda e contribuição social - correntes	13	(2.470)	(2.157)
Lucro líquido do exercício		13.966	12.729

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ANPPLA Negócios e Propriedades Ltda.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de Reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo do exercício	13.966	12.729
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>13.966</u>	<u>12.729</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ANPPLA Negócios e Propriedades Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de Reais)

	Capital Social	Ajuste de avaliação Patrimonial	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.750	122.976	13.021	-	137.747
Realização do AAP - Imobilizado	-	(1.499)	1.499	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.729	12.729
Distribuição dos lucros	-	-	(10.022)	-	(10.022)
Retenção dos lucros	-	-	12.729	(12.729)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.750	121.477	17.227	-	140.454
Lucro líquido do exercício	-	-	-	13.966	13.966
Retenção dos lucros	-	-	13.966	(13.966)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.750	121.477	31.193	-	154.420

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ANPPLA Negócios e Propriedades Ltda.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Notas	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		13.966	12.729
Ajustes por:			
Despesa de imposto de renda e contribuição social		2.470	2.157
Depreciação de imobilizado		372	428
Depreciação de propriedade para investimento		1.860	1.860
Resultado de equivalência patrimonial		276	-
Perdas de crédito		(12)	157
Provisão (reversão) líquida de contingências		(5)	(1)
		<u>18.927</u>	<u>17.330</u>
Redução (aumento) nos ativos:			
Contas a receber		1.230	1.151
Impostos e contribuições a recuperar		(56)	202
Adiantamentos e outros ativos		(12.726)	21
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores		(116)	54
Salários, provisão de férias e encargos sociais a pagar		-	(2)
Impostos e contribuições a recolher		109	(131)
Pagamentos do imposto de renda e contribuição social		(2.563)	(2.091)
Adiantamentos de clientes		(4)	6
Fluxo de Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>4.801</u>	<u>16.540</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições do imobilizado		(598)	(1.595)
Mútuo cedido a partes relacionadas		(281)	(130)
Recebimento de mútuos cedidos a partes relacionadas		8	157
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(871)</u>	<u>(1.568)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Lucros distribuídos		(442)	(12.564)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<u>(442)</u>	<u>(12.564)</u>
		<u>3.488</u>	<u>2.408</u>
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa		<u>3.488</u>	<u>2.408</u>
Variação do caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		6.231	2.743
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.743	335
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa		<u>3.488</u>	<u>2.408</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

1 Contexto operacional

A ANPPLA Negócios e Propriedades Ltda. (“Empresa”), com sede na Rua Gerônimo Caetano Garcia, nº 270, na cidade de Francisco Morato, Estado de São Paulo, foi constituída em 27 de maio de 2004. O controle da Empresa é exercido por uma *holding* denominada Gepalma Investimentos e Participações Ltda. e de cotistas domiciliados no País. A Empresa atua na participação em outras sociedades como sócia ou acionista, construção, incorporações, compra e venda de imóveis próprios, administração de aluguéis e gestão de bens imobiliários por conta própria, loteamento, empreendimentos, investimento, participação em negócios e incorporação.

Constituição de controladas

Em 1º de abril de 2018, foi constituída a controlada denominada ANPPLA Shopping Morato SPE Ltda., cujo objeto social é a exploração da atividade de Administração do Condomínio Shopping Center Morato. O capital social no montante de R\$ 750 está assim distribuído:

Sócio	Quotas	Valor em reais	%
Lucilene da Palma Pedroso	750	750	0,10%
Luciano da Palma	750	750	0,10%
João Vicente da Palma	1.500	1.500	0,20%
ANPPLA Negócios e Propriedades Ltda.	<u>747.000</u>	<u>747.000</u>	<u>99,60%</u>
	<u>750.000</u>	<u>750.000</u>	<u>100,00%</u>

O capital social dos sócios foi integralizado em moeda corrente do País e em terreno.

As demonstrações financeiras, foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional, que contempla, realização de ativos e a liquidação de passivos e compromissos assumidos no curso normal dos negócios.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 14 de março de 2025.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis materiais estão descritas na nota explicativa 3.

Em conformidade com o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas no item 4, a Empresa foi dispensada pela Gepalma, sua controladora, da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. Além disso, a Gepalma vem apresentando anualmente demonstrações financeiras consolidadas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 6 - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber;

Nota Explicativa nº 9 - Vida útil das propriedades para investimentos e seu valor justo;

Nota Explicativa nº 13 - reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(ii) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Empresa estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo de Nível 3, com reporte diretamente ao Diretor de Controladoria e Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- Nível 2: inputs, exceto preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs para ativos ou passivos que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 19.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos e investimentos que são mensurados ao valor justo.

3 Principais políticas contábeis materiais

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Abaixo, apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis.

a. Moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita operacional

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço no curso normal das atividades da Empresa, atendendo as normas do CPC 47, maiores detalhes na nota explicativa 15. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(i) Receita de aluguel

A receita de aluguel é reconhecida no mês da incoerência da utilização do imóvel no curso normal das atividades. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, líquida de descontos e impostos incidentes.

(ii) Receita de venda de imóveis

A receita com venda de imóveis é mensurada pelo valor efetivamente contratado, sendo os valores de contas a receber calculados quando aplicável a valor presente considerando os prazos dos recebimentos futuros.

c. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, juros ativos, descontos obtidos e outros. A receita de juros é reconhecida no resultado, pelo método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, basicamente, juros passivos, os descontos concedidos e despesas bancárias.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no lucro presumido de 32% do faturamento aplicando para cálculo do imposto de renda a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável e 9% para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Empresa determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor do aluguel, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária pertinentes. O ajuste a valor presente não foi registrado em virtude de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras. A provisão para perdas de créditos esperadas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

f. Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou valorização do capital com terrenos, benfeitorias e edifícios, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo menos a depreciação correspondente.

O custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

A venda de uma propriedade para investimento é reconhecida com receita de venda operacional.

O resultado operacional da venda de uma propriedade para investimento é calculado pela diferença entre o valor da venda líquida e o custo que são reconhecidos no resultado.

Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

(i) Depreciação

Os itens de propriedade para investimento são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Os itens de propriedade para investimento são depreciados a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

A depreciação de propriedades para investimento é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada em anos, como segue:

	2024	2023
Terrenos	-	-
Edificações e benfeitorias	35 a 60 anos	35 a 60 anos

O valor residual, a vida útil e o método de depreciação com relação às propriedades para investimento são revisados e ajustados, se necessário, quando há indícios de mudanças desde a data do último balanço.

(ii) Determinação do valor justo

Os valores justos são apurados para propósito de mensuração/divulgação. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizando dados observáveis de mercado - Nível 2.

Quando aplicável, informações adicionais sobre premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas políticas contábeis e demais notas explicativas de ativos e passivos correspondentes.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos dentro de outras receitas no resultado, e o custo em conta específica de custo na alienação.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Empresa e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Empresa obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado por grupo de contas são:

Descrição	2024	2023
Instalações	10 anos	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	9 a 14 anos	9 a 14 anos
Equipamentos de informática	2 anos	2 anos
Equipamentos de segurança	2 anos	2 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados.

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que sejam contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do resultado VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - Instrumento de dívida, ao VJORA - Instrumento patrimonial ou ao VJR – Valor Justos por meio do Resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se não for designado como mensurado ao VJR e atender a ambas as condições a seguir:

Ser mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

Apresentar termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR):

Ser mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

Apresentar termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio de resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio de resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos. Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa. Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados. Como os gerentes do negócio são remunerados — por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos. A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamento de principal e juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
Pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
Termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).
O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente — o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais é reconhecida no resultado.

Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
Investimentos de dívida mensurados ao VJORA;
Ativos de contrato.

E expressa a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço;

Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

A Empresa considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando:

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro;

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
Probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira ou;
Desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.
Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação.

A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não propriedade para investimento, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a essa

UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Empresa tem uma obrigação presente legal ou construtiva presente de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Empresa fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam, basicamente: plano de assistência médica, vale-refeição e vale-transporte.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

l. Arrendamento

No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Empresa utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Empresa atua como arrendadora, determinam, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Empresa faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Empresa considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Empresa é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ela avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Empresa, como arrendatária, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ela classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Empresa aplica o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

A Empresa aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. A Empresa também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Empresa reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de 'outras receitas'.

m. Investimentos

Os investimentos da Empresa em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras compreendem suas participações em controladas.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024.

O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26 / IAS 1)

As alterações visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

A Empresa não tem operações que se enquadrem nesta norma.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis – CPC 23 (R1)

As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição de inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

Administração entende que a adoção dessas normas não trará impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa.

Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2024.

Outras Normas

IFRS 17 Contratos de Seguros.

Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26).

Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

A Administração entende que estas emendas não trarão impactos significativos nas demonstrações financeiras da Empresa.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixas	-	1
Bancos	90	207
Aplicações	6.141	2.535
	<u>6.231</u>	<u>2.743</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Empresa. As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por títulos de renda fixa com remuneração de 85% a 97% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2024 (85% a 98% em 2023).

As aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer tempo conforme previsto contratualmente, sem prejuízo da remuneração já apropriada, e fazem parte da gestão diária de caixa da Empresa, motivo pelo qual estão apresentadas como caixa e equivalentes de caixa no ativo circulante.

A exposição da Empresa a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros é divulgada na nota explicativa nº 19.

6 Contas a receber de clientes

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber	597	669
Descontos a apropriar - CPC 06 (R2) – (a)	24	127
Contas a receber - Partes relacionadas - nota explicativa N° 8	1.313	1.253
Descontos a apropriar de partes relacionadas - CPC 06 (R2) – nota explicativa N° 8	1.579	2.727
Subtotal	3.513	4.776
Provisão para perdas de crédito esperadas	(101)	(146)
	3.412	4.630

- (a) Refere-se aos descontos concedidos aos locatários durante o período mais restritivo da pandemia da Covid-19. Conforme o CPC 06 (R2), modificações que alterem os recebimentos ou pagamentos de um arrendamento devem remensurar o valor do contrato de arrendamento. Dessa forma, o desconto integral concedido deve ser apropriado em cada parcela vincenda do contrato.

A exposição da Empresa a risco de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionados ao contas a receber está divulgada na nota explicativa n° 19.

Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas em 2024 e 2023:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo do início do exercício	(146)	(118)
Baixa	-	-
Constituição (reversão) de provisão	45	(28)
Saldo no fim do exercício	(101)	(146)

A Empresa efetua a análise individual de cada título, quando é identificado título cujo sua o recebimento não é esperado este é baixado diretamente para o resultado como perda efetiva, em 31 de dezembro a 2024 a Empresa possui um montante de R\$ 32 de perdas efetivas no resultado.

7 Distribuição antecipada de lucros

A empresa efetuou pagamento de dividendos referente ao exercício 2023 no montante total de R\$ 12.728, para os sócios.

8 Imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Custo corrigido						
Instalações	10%	7.122	-	2.170	-	9.292
Máquinas e equipamentos	10%	319	-	-	-	319
Móveis e utensílios	De 7,14% a 11,11%	145	-	-	-	145
Equipamentos de segurança	50%	6	-	-	-	6
Equipamentos de informática	50%	4	-	-	-	4
Imobilizado em andamento		1.572	598	(2.170)	-	-
		9.168	598	-	-	9.766

Depreciação					
Instalações	(6.627)	(346)	-	-	(6.973)
Máquinas e equipamentos	(281)	(20)	-	-	(301)
Móveis e utensílios	(121)	(6)	-	-	(127)
Equipamentos de segurança	(6)	-	-	-	(6)
Equipamentos de informática	(4)	-	-	-	(4)
	(7.039)	(372)	-	-	(7.411)
Imobilizado Líquido	2.129	226	-	-	2.355

Descrição	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adições	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Custo corrigido						
Instalações	10%	6.935	187	187	-	7.122
Máquinas e equipamentos	10%	319	-	-	-	319
Móveis e utensílios	De 7,14% a 11,11%	145	-	-	-	145
Equipamentos de segurança	50%	6	-	-	-	6
Equipamentos de informática	50%	4	-	-	-	4
Imobilizado em andamento		164	1.408	1.408	-	1.572
		7.573	1.595	1.595	-	9.168
Depreciação						
Instalações		(6.243)	(384)	(384)	-	(6.627)
Máquinas e equipamentos		(250)	(31)	(31)	-	(281)
Móveis e utensílios		(109)	(12)	(12)	-	(121)
Equipamentos de segurança		(5)	(1)	(1)	-	(6)
Equipamentos de informática		(4)	-	-	-	(4)
		(6.611)	(428)	(428)	-	(7.039)
Imobilizado Líquido		962	1.167	1.167	-	2.129

A Administração, em 2024 e 2023, revisou a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas modificações relevantes nas estimativas anteriormente determinadas. Também, não foi identificada a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (*impairment*).

9 Partes relacionadas

a. Mútuo

As transações financeiras entre as Empresas são formalizadas através de contratos de mútuo com prazos de vencimentos definidos, e os valores não sofrem atualização.

A movimentação dos mútuos no ano está demonstrada abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	33	60
Empréstimos	281	130
Recebimentos	(8)	(157)
Saldo Final	306	33

b. Demais partes relacionadas

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Circulante			
Contas a receber (a)	6	1.313	1.253
Descontos a apropriar (a)	6	1.579	2.727
		2.982	3.980
 Resultado			
Receita de locação (a)	16	14.560	13.560

- (a) Aluguel a receber da empresa Caedu Comércio Varejista de Artigos do Vestuário S.A. O valor do aluguel foi fixado em condições acordadas.
- (b) Receita de locação de imóveis com a empresa Caedu Comércio Varejista de Artigos do Vestuário S.A. As transações provêm de aluguéis dos imóveis arrendados. O valor do aluguel foi fixado em condições acordadas.

c. Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2024, a remuneração do pessoal-chave da Administração totalizou R\$ 17 (R\$ 19 em 31 de dezembro de 2023) registrado no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, benefícios diretos e indiretos.

10 Investimentos

a. Participações societárias

Descrição	Participação	31/12/2024	31/12/2023
ANPPLA Shopping Morato SPE	99,60%	930	1.206
Total		930	1.206

b. A movimentação das participações societárias está assim demonstrada na controladora

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	1.206	1.206
Resultado da equivalência patrimonial	(276)	-
Saldo Final	930	1.206

11 Propriedades para investimento.

A Empresa possui 15 propriedades para investimento, e o valor justo destas em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 169.699. A composição das propriedades para investimento é conforme como segue:

Descrição	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adições	Saldo em 31/12/2024
Custo corrigido				
Imóveis para investimento	De 1,67% a 2,86% a.a	92.048	-	92.048
Terrenos para investimento		58.481	-	58.481
		150.529	-	150.529

Depreciação			
Imóveis para investimento	(19.370)	(1.860)	(21.230)
	<u>(19.370)</u>	<u>(1.860)</u>	<u>(21.230)</u>
Total	131.159	(1.860)	129.299

Descrição	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adições	Saldo em 31/12/2023
Custo corrigido				
Imóveis para investimento	De 1,67% a 2,86% a.a	92.048	-	92.048
Terrenos para investimento		58.481	-	58.481
		<u>150.529</u>	<u>-</u>	<u>150.529</u>
Depreciação				
Imóveis para investimento		(17.510)	(1.860)	(19.370)
		<u>(17.510)</u>	<u>(1.860)</u>	<u>(19.370)</u>
Total		133.019	(1.860)	131.159

12 Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2024	31/12/2023
COFINS	61	59
PIS	12	11
ISS	3	2
Outros	2	4
	<u>78</u>	<u>76</u>

13 Imposto de renda e contribuição social a recolher

A forma de apuração do IRPJ e CSLL foi por presunção (presumido) pelo regime de competência.

Receita de serviços		21.736	20.863
Base de cálculo			
Sobre receitas de serviços	32%	6.956	6.676
Demais Receitas	100%	380	267
		<u>7.336</u>	<u>6.943</u>
Imposto de renda	15%	(1.100)	(1.041)
Adicional IRPJ	10%	(710)	(670)
Contribuição Social	9%	(660)	(625)
Ajustes períodos anteriores - ECF		-	179
Total Despesa com IRPJ e CSLL		<u>(2.470)</u>	<u>(2.157)</u>

Abaixo o detalhamento do imposto de renda e contribuição social a recolher:

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ a recolher		
Saldo anterior	437	467
IRPJ sobre faturamento	1.810	1.711
Compensação	-	(78)
Reclassificações	107	(157)
Pagamentos	(1.913)	(1.506)
	441	437
CSLL a recolher		
Saldo anterior	163	170
CSLL sobre faturamento	660	625
Compensação	-	-
Reclassificações	-	(47)
Pagamentos	(650)	(585)
	173	163
Total IRPJ e CSLL	614	600

14 Provisão para contingências

Natureza da contingência	Saldo em 31/12/2023		Provisão		Reversões		Saldo em 31/12/2024
Provisão Civil	5				(5)		-
	5		5		(5)		-
Natureza da contingência	Saldo em 31/12/2022		Provisão		Reversões		Saldo em 31/12/2023
Provisão Civil	6		5		(6)		5
	6		5		(6)		5

Em 2024, para as varas cíveis, não foi constituída nenhuma provisão (R\$ 5 em 2023) referente aos processos prováveis, também havendo um montante de R\$ 188 referente a processos possíveis em 2024 (R\$ 124 em 2023).

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito da Empresa é de R\$ 1.750 (um milhão setecentos e cinquenta mil reais) divididos em 17.500 cotas no valor nominal de R\$ 100,00 (cem reais) cada uma, distribuídas entre os cotistas.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as cotas ficaram distribuídas:

Quotistas	Nº quotas	Participação %
Gepalma Investimentos e Participações Ltda.	1.749.600	99,977%
João Vicente da Palma	200	0,011%
Luciano da Palma	100	0,006%
Lucilene da Palma Pedroso	100	0,006%
	<u>1.750.000</u>	<u>100,000%</u>

b. Ajuste de avaliação patrimonial

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para bens do ativo imobilizado.

c. Reserva de lucros

Os lucros acumulados apurados até 31 de dezembro de 2024 foram reclassificados no patrimônio líquido para a rubrica “Reserva de lucros”, que está à disposição dos cotistas para futura destinação.

Em 2024 foram distribuídos lucros no montante de R\$ 12.728 (R\$ 10.022 em 31 de dezembro de 2023).

16 Receita operacional líquida

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional bruta			
Locação de imóveis com terceiros		5.494	5.868
Locação de imóveis - Partes relacionadas	9	14.560	13.560
Cancelamentos		-	(4)
		<u>20.514</u>	<u>19.424</u>
Deduções da receita bruta			
PIS		(141)	(136)
COFINS		(652)	(626)
Impostos sobre vendas e serviços		(793)	(762)
Total		<u>19.721</u>	<u>18.662</u>

17 Custo do serviço prestado

	31/12/2024	31/12/2023
Custo do serviço prestado		
Depreciação de propriedades para investimento	(1.860)	(1.860)
Total	<u>(1.860)</u>	<u>(1.860)</u>

18 Despesas comerciais e administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Depreciação e amortização	(372)	(429)
Serviços de terceiros	(257)	(482)
Ocupação	(595)	(349)
Impostos e taxas	(228)	(256)
Salários, encargos e benefícios	(191)	(174)
Perdas de créditos	12	(157)
Manutenção	(7)	(12)
Contingências	5	1
Materiais de uso e consumo	(2)	(5)
Marketing	(29)	(33)
Associação de lojistas	-	-
Estorno de provisão juros clientes em atraso	-	-
Outras despesas	(2)	(10)
	(1.666)	(1.906)
Total de despesas comerciais	(29)	(33)
Total de despesas administrativas	(1.649)	(1.716)
Total de perdas de créditos	12	(157)
	(1.666)	(1.906)

19 Receitas e despesas financeiras líquidas

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	343	159
Juros e multas	3	96
Descontos obtidos	25	-
	371	255
Despesas financeiras		
Juros passivos	-	(201)
Tarifas bancárias/IOC/IOF	(15)	(17)
Descontos concedidos	-	(4)
	(15)	(222)
Total	356	33

20 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

As transações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, outros créditos, recursos em trânsito de terceiros, fornecedores e outras contas a pagar.

a. Classificação contábil e valores justos

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle interno e de limites de exposição.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos principais instrumentos a seguir relacionados:

2024				
Em milhares de Reais	Nota	Valor contábil	Valor Justo	Nível
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	5	6.141	6.141	2
Custo amortizado				
Contas a receber	6	520	520	2
Caixa e equivalentes de caixa	5	90	90	1
Outros Ativos	7	12.728	12.728	2
Partes relacionadas	9	3.198	3.198	2
Total do ativo		22.677	22.677	
Custo amortizado				
Fornecedores		(195)	(195)	2
Total do passivo		(195)	(195)	
2023				
Em milhares de Reais	Nota	Valor contábil	Valor Justo	Nível
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	5	2.535	2.535	2
Custo amortizado				
Contas a receber	6	650	650	2
Caixa e equivalentes de caixa	5	208	208	1
Partes relacionadas	7	4.013	4.013	2
Total do ativo		7.406	7.406	
Custo amortizado				
Fornecedores		311	311	2
Lucros a distribuir		442	442	2
Total do passivo		753	753	

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber e das contas a pagar pelo valor contábil, menos eventual perda (*impairment, contas a receber, contas a pagar e aplicações financeiras*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado.

A Empresa aplica os procedimentos do CPC para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1). Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços) (nível 2).

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa mantém apenas instrumentos financeiros no nível 2.

b. Gerenciamento de riscos financeiros

Fatores de risco que podem afetar os negócios da Empresa

Os principais fatores de risco aos quais a Empresa está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura dos negócios) são endereçados pelo modelo de gestão da Administração. A Administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, visando a liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Empresa possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela Administração, e esta possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões.

Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Administração são:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado.

A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Empresa a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

A oscilação no preço cobrado de aluguéis e de venda de imóveis pode trazer riscos à Empresa.

As receitas de vendas e principalmente o custo dos imóveis e serviços vendidos afetados por alterações nos preços de seus produtos ou materiais poderão sofrer alterações. Para minimizar os riscos, a Empresa monitora permanentemente as oscilações de preço no mercado nacional.

(i) Risco de crédito

Esse risco é proveniente da possibilidade de a Empresa não receber os valores decorrentes

das locações de imóveis que não tem garantias. Para minimizar esse risco, a Administração procura receber valores antecipados. As perdas estimadas com esses clientes estão integralmente registradas no valor total.

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	6.231	2.743
Contas a receber	621	796
	6.852	3.539

Caixa e equivalentes de caixa

A Empresa restringe a exposição a risco de crédito associado a Bancos e a caixa e equivalentes de caixa realizando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo. Os recursos excedentes são investidos de forma a minimizar a concentração de risco e, portanto, mitigar perdas financeiras em caso de eventual falência de uma contraparte.

Contas a receber de cliente

Com relação às contas a receber, a Empresa restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de locação e venda de imóveis a uma base de clientes e de análises de crédito contínua. Adicionalmente, inexistem históricos relevantes de perdas.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contrato foram calculadas levando-se em consideração as perdas dentro das faixas de vencimento e ocorridas dentro do exercício conforme abaixo demonstrado:

2024				
Descrição	Taxa de perda estimada	Saldo contábil Bruto	Provisão perda estimada	Com Problemas de recuperação
A vencer	0,00%	3.376	-	Não
Vencido de 1 a 30 dias	10,00%	-	-	Não
Vencido de 31 a 60 dias	20,00%	36	7	Sim
Vencido de 61 a 90 dias	30,00%	10	3	Sim
Vencido de 91 a 180 dias	50,00%	-	-	Sim
Vencido acima de 180 dias	100,00%	91	91	Sim
Total		3.513	101	
2023				
Descrição	Taxa de perda estimada	Saldo contábil Bruto	Provisão perda estimada	Com Problemas de recuperação
A vencer	0,00%	4.615	-	Não
Vencido de 1 a 30 dias	10,00%	9	1	Não
Vencido de 31 a 60 dias	20,00%	2	-	Sim
Vencido de 61 a 90 dias	30,00%	-	-	Sim
Vencido de 91 a 180 dias	50,00%	11	6	Sim
Vencido acima de 180 dias	100,00%	139	139	Sim
Total		4.776	146	

Quando é efetuado acordo com o cliente, a contagem dos dias fica congelada na data de vencimento de fatura mais atrasada, sendo mantido na carteira e não reclassificado para perda efetiva, desde que esse acordo tenha atraso menor que 180 dias. No primeiro dia do

descumprimento do acordo firmado, volta a contar os dias de atraso que se apresentava no dia do acordo. Clientes com saldos em faturas geralmente tem atrasos mais curtos e valores menores, pois possuem saldos a vencer, com isso há uma possibilidade maior de quitar suas dívidas, resultando em um risco menor, e em consequência uma provisão menor. Acordos possuem opções mais limitadas de parcelamento, atrasos mais longos e o saldo é consolidado, com isso necessitamos de aumento de provisão nessas faixas de atraso.

(ii) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez surge da possibilidade de a Empresa não poder cumprir com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. Para mitigar esse risco, a Administração possui linhas de crédito, que aumentam a liquidez no curto prazo e possibilitam maior eficiência na gestão do caixa, sendo consistente com o seu foco estratégico na redução do custo do capital.

As principais fontes da Empresa derivam do fluxo de caixa gerado por suas operações, fornecedores e empréstimos e financiamentos. A Administração acredita que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos, o que inclui, mas não se limita, a capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos. O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez e reflete o fluxo financeiro da Empresa:

	2024			2023		
	Fluxo de Caixa	Até um ano	Acima de um ano	Fluxo de Caixa	Até um ano	Acima de um ano
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	6.231	6.231	-	2.743	2.743	-
Contas a receber	621	621	-	650	650	-
Outros ativos	12.728	12.728	-	-	-	-
Partes relacionadas	3.198	3.198	-	4.013	4.013	-
	22.778	22.778	-	7.406	7.406	-
Passivos						
Lucros a distribuir	-	-	-	442	442	-
Fornecedores	195	195	-	311	311	-
	195	195	-	753	753	-

(iii) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de juros e preços de ações – que irão afetar a receita da Empresa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de riscos de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração considerou que as operações mantidas pela Empresa em que indicam os juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais são substancialmente independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado. A Administração entende que não há risco significativo em relação à volatilidade dos juros a serem apresentados.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de a Empresa incorrer em perdas econômicas em função de mudanças adversas nas taxas de juros, que podem ser causadas por fatores relacionados a crises

econômicas e mudanças na política monetária do mercado interno e externo. Essa exposição refere-se principalmente a variações nas taxas de juros de mercado que afetam os ativos e passivos da Empresa indexados ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).

Considerando que a gestão das exposições às taxas de juros é efetuada com base na ponderação das operações com taxas pré-fixadas, a Administração entende que qualquer volatilidade nas taxas, as quais as operações da Empresa estão indexadas, não incorreria em impactos significativos em seu resultado, não sendo apresentada uma análise de sensibilidade sobre este risco.

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Para tanto, a Administração monitora a relação da dívida líquida em relação ao patrimônio líquido total.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A dívida da Empresa para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Total do passivo	944	1.495
Caixa e equivalentes de caixa	(6.231)	(2.743)
Dívida líquida	(5.287)	(1.248)
Total do patrimônio líquido	154.420	140.454
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado	(0,03424)	(0,0089)

* * *

Lucilene da Palma Pedroso
Presidente

Aldemir Vicente de Lima
Diretor administrativo, financeiro e soluções financeiras

Elizabeth da Silva França
Contadora - CRC 1SP225542/O-7